

Impostos sobem, mas sem afetar os assalariados

A conclusão é dos ministros e técnicos reunidos com Sarney por nove horas na Granja do Torto

JOSE BERNARDES
Da Editoria de Economia

Os impostos vão aumentar, mas isso será feito de forma a proteger o assalariado. Na reunião que teve entre o presidente José Sarney e os seus ministros ligados à área econômica e economistas, chegou-se a um acordo sobre a necessidade da medida, para reduzir o déficit público que já é de Cr\$ 89 bilhões. O governo vai num primeiro momento (nos próximos dias) aumentar a arrecadação fiscal através da alteração dos prazos de recolhimento de diversos impostos, alargando-se a ação que o Ministério da Fazenda já iniciou com relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Nas discussões sobre juros, que tomaram grande parte da reunião que se alongou por nove horas, houve consenso e divergências. No primeiro caso, concluiu-se que como o Governo que paga as taxas no overnight relativas à dívida pública interna há espaço técnico para reduzi-las. Falou-se numa redução à metade dos níveis atuais, sem comprometer a administração do déficit público. A redução deverá se orientar por uma melhor operação do mercado aberto por parte do Governo. A divergência principal sobre o assunto se concentrou no momento ideal de se fazer isso. Houve quem defendesse a adoção dessa estratégia antes de cortar o déficit público; outros acharam que isso pode ser feito assim que o déficit público começar a cair.

Nos debates sobre esse assunto, tiveram participação mais ativa os ministros João Sayad, do Planejamento, o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda; o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

FMI

Na parte da manhã, o presidente Sarney e os convidados, todos com prancheta na mão para anotações, analisaram a negociação com o FMI e com os 700 bancos credores, além do comércio externo.

A maior parte do tempo foi gasta com discussões sobre a negociação com o Fundo. Uma posição do governo brasileiro foi firmada: o déficit público deve ser medido sob o critério operacional, ou seja, descontando-se a variação da correção cambial e monetária. E não sob o conceito nominal.

Revelou-se que o FMI já comprehende que a base monetária, no caso do Brasil, é um mau indicador de política monetária, por representar apenas 3 por cento do PIB e menos que 10 por cento dos ativos financeiros.

Concluiu-se também que o déficit de caixa, utilizado para mensurar o desequilíbrio das contas públicas, é impreciso, e que o FMI vai optar pelo déficit econômico, exclui dos cálculos oficiais operações como de financiamento ao setor agrícola (de retorno previsto) e empréstimos de curto prazo tomados pelas empresas estatais, que são registradas pelo déficit de caixa, utilizando pelo Ministério da Fazenda.

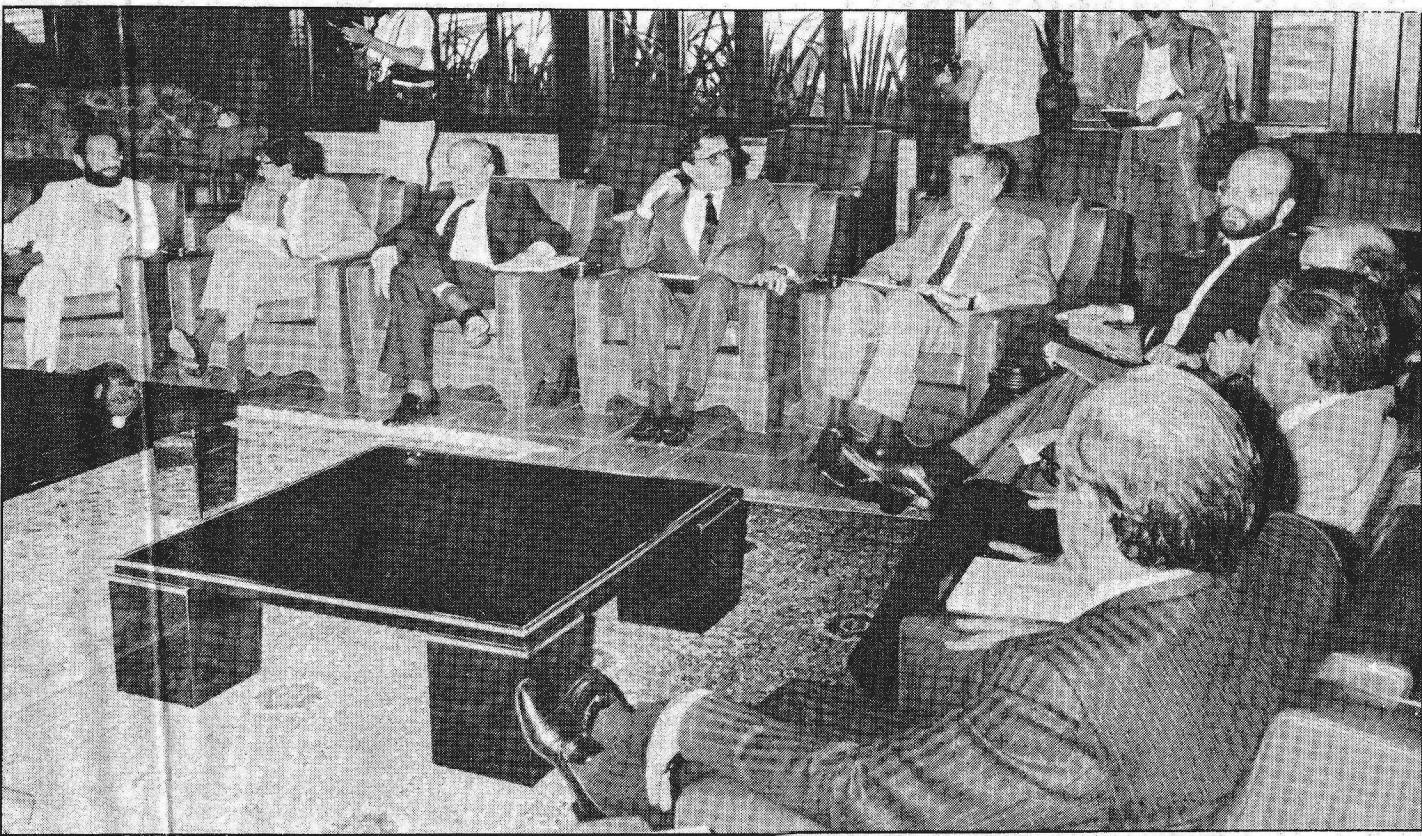
Sobre as negociações com os bancos, houve consenso também com relação à tomada de dinheiro novo. Esses recursos serão tomados "quando existir possibilidades de se fazer isso", comentou o ministro, ao deixar a Granja do Torto. O Brasil deverá pleitear esses recursos para a definição da rolagem da dívida externa de 46 bilhões de dólares que vence até o ano de 1.991.

No período da tarde, discutiram-se os seguintes temas: política monetária, desestatização (o último a ser analisado), taxas de juros, política tributária e déficit público.

Com relação à atual política de preços, chegou-se à conclusão de que é muito pequena a margem do atual aperto no controle dos preços do setor privado e do setor público. Economistas e até ministros concluíram que os empresários estão apertados pelas pressões decorrentes de aumentos de salários e dos juros. Houve um certo consenso de que a atual política de preços, de inequivoca validade num primeiro momento, carece agora de uma coordenação com uma estratégia econômica mais ampla.

O presidente José Sarney realizou a reunião para promover uma reflexão sobre os problemas econômicos do País, segundo explicou, às 14h40min, o porta-voz do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita, que revelou a existência de divergências ao longo do encontro. "Não foram entretanto, de 180 graus" — observou. A reunião foi aberta com um rápido pronunciamento do presidente Sarney.

Ao longo do encontro, o presidente Sarney encaminhou as discussões na área interna e externa ponto por ponto, sem margem para que houvesse desvios de assunto tratado. A cada intervenção dos convidados, seguiam-se debates. O assunto que obteve o maior consenso nas discussões foi a dobradinha aumento da carga tributária/corte dos gastos públicos como forma de reduzir o déficit público. Posição nesse sentido foi defendida, com vigor, pelos ministros João Sayad, do Planejamento, e Francisco Dornelles, da Fazenda.



No chalé do Torto, os ministros sentaram-se ao lado do presidente, de frente para os professores